



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

12º edição/ Junho de 2024

Conferências de Economia Solidária são convocadas nos estados e municípios

A 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária já está em andamento com suas etapas preparatórias sendo convocadas nos estados e municípios de todo o país. Santa Catarina, Ceará, Distrito Federal e Bahia já oficializaram suas convocações, enquanto Paraíba e Alagoas publicaram normativas para a nomeação das Comissões Organizadoras Estaduais.

No Estado de Alagoas, serão realizadas cinco Conferências Locais com abrangência intermunicipal, nas seguintes datas e locais: Maceió (05/09), Arapiraca (21/08), Delmiro Gouveia (09/07), Maragogi (24/07) e Coruripe (07/08). Além disso, os municípios de Curitiba, no Paraná, e Barcarena, no Pará, também convocaram Conferências Locais de abrangência municipal.

Novo prazo para a realização das Conferências Locais

Em resposta à emergência climática no Rio Grande do Sul e aos pedidos de alguns estados por mais tempo para mobilização local, o Conselho Nacional de Economia Solidária, reunido em maio, decidiu prorrogar o prazo para a realização das Conferências Locais de Economia Solidária. O novo prazo é 30 de setembro de 2024. É importante destacar que as Conferências Estaduais, Temáticas e Livres continuam com os prazos estabelecidos no Regulamento Geral da 4^a CONAES.



Identidade visual da 4^a CONAES

Durante a Reunião Ampliada do Conselho Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, de 14 a 16 de maio, foi apresentada a identidade visual da 4^a Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária. Este trabalho foi desenvolvido pela Assessoria de Comunicação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



4^a Conaes

**ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO**

Proposta de Frentes de Trabalho visa enfrentar emergência climática no Rio Grande do Sul

Os movimentos populares do Rio Grande do Sul estão propondo uma nova abordagem para lidar com a crise climática que tem afetado o estado. A proposta envolve a criação de um programa de frentes de trabalho, destinado a garantir a continuidade das iniciativas que até agora têm dependido do trabalho voluntário da sociedade civil. Estas atividades incluem cozinhas solidárias, gestão de abrigos, doações, limpeza e recuperação de áreas afetadas, além da identificação de comunidades vulneráveis.

A proposta, que será apresentada ao ministro Paulo Pimenta, responsável pela Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do RS, prevê a contratação de 30 mil agentes de cidadania solidária nas cidades atingidas pela calamidade.

A iniciativa está baseada no Programa Estadual das Frentes Emergenciais de Trabalho (Lei 11.628/2001) e requer um investimento financeiro significativo.

Sandra Christ, da direção estadual do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), ressalta que os movimentos populares têm enfrentado, junto com a população, as dificuldades causadas pela catástrofe climática, como a perda de casas, bens, meios de subsistência e laços comunitários.

Segundo ela, o modelo atual das cidades não considera a natureza e o ser humano como sujeitos de direitos, dificultando a participação popular na organização da vida social.

A Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE) já havia apresentado ao governo a proposta de realização das frentes de trabalho. A SENAES apoia integralmente essa iniciativa sugerida pelos movimentos sociais.

Para o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho, as frentes de trabalho a partir das cooperativas e movimentos sociais podem reconstruir o Rio Grande do Sul de forma diferenciada, evitando os equívocos que em grande parte provocaram as enchentes e outros fenômenos extremos. ". Essa abordagem permitirá que a sociedade se organize e responda de maneira mais adequada às necessidades dos cidadãos e de cada cidade. A SENAES se junta a esse movimento e espera que o Ministro Paulo Pimenta seja sensível a essa proposta, atendendo à necessidade de uma reconstrução com forte participação da cidadania. Todos irão ganhar com esse método de trabalho e reconstrução.", declarou Carvalho.

O programa estará acessível a todas as pessoas atingidas pela calamidade ambiental e que tiveram suas condições de renda interrompidas, total ou parcialmente, conforme a legislação. Caso a proposta seja aprovada, os participantes terão direito a um salário mínimo regional, cesta básica, equipamentos de proteção individual, apoio técnico, além de cursos de capacitação e qualificação profissional. Esta iniciativa sublinha a importância do apoio governamental na reconstrução das áreas afetadas, garantindo a manutenção da renda das pessoas envolvidas nas atividades emergenciais. Em tempos de crise, a solidariedade e o trabalho coletivo são essenciais para enfrentar os desafios climáticos e reconstruir as cidades afetadas.

Para saber mais sobre o Programa, acesse o link:

**PROGRAMA DE FRENTES
EMERGENCIAIS DE TRABALHO**
Lei Ordinária 11628/2001 do Rio Grande
do Sul RS (leisestaduais.com.br)

**Confira agora a entrevista com
Sandra Christ, da Direção do
Movimento de Trabalhadoras e
Trabalhadores por Direitos –
MTD.**

SENAES: Quais são os principais desafios que os movimentos populares têm enfrentado ao tentar implementar ações de apoio às comunidades atingidas pela catástrofe climática?

Sandra Christ: Os Movimentos Populares, sendo povo, vivenciam como o povo, todo o sofrimento que está sendo essa catástrofe climática, a perda das casas, dos bens e utensílios, do espaço de vida, do bairro, da comunidade, do trabalho e meios de produção, das memórias e afetos de uma vida inteira.

Nesse contexto os desafios dos Movimentos se intensificaram, principalmente a falta de estrutura adequada, a falta de recursos materiais e financeiros, de deliberação de militantes para dar conta das novas e gigantescas tarefas que se abriram. Alimentar, acolher, socorrer e ajudar as pessoas a pensarem a continuidade de suas vidas, em meio à dispersão das famílias, das comunidades, a quebra da sequência dos trabalhos desenvolvidos pelos Movimentos até então nas comunidades atingidas, locais de trabalho, estudo, lazer e outros. O fato de muitos militantes e dirigentes também terem tido eles próprios que deixar suas casas, passar a morar distante de sua base e, em muitos casos, morar em outra cidade, inclusive. O desafio da comunicação, de se ter uma organização que funcione e seja eficaz, as novas pautas e temas que surgiram, a necessidade de apontar soluções aos problemas emergentes que a crise deflagrou e a urgência de encaminhar as questões e ter resolutividade junto aos governos.

SENAES: De que maneira a criação do Programa de Frentes de Trabalho pode transformar a organização das cidades e a participação popular na definição de políticas públicas?

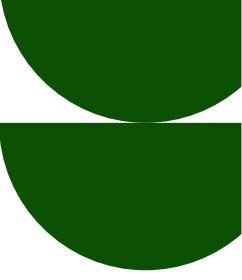
Sandra Christ: Acreditamos que a reconstrução das cidades e das vidas das pessoas, bem como da natureza, precisa se dar em novos parâmetros, vindo a ser um modelo sistêmico e integral, ecológico, econômico e social. Para isso, precisamos de meios concretos que possibilitem às pessoas terem tempo e condições de se reunir, estudar, pensar coletivamente, opinar no planejamento e definição das políticas públicas. Constatamos que, no dia a dia do "vire-se" cada um por si para a sobrevivência, a participação fica praticamente impossível. Sendo garantida a contratação das Frentes de Trabalho, com os eixos emergencial e estrutural articulados, o processo poderá deflagrar essa nova forma de ser das cidades, com participação popular no planejamento urbano e definições das políticas públicas, considerando que o povo tem sido historicamente excluído do direito a essa participação.

SENAES: Como enxerga a importância da remuneração para os agentes de cidadania solidária na sustentabilidade das iniciativas de apoio às comunidades afetadas pela crise climática?

Sandra Christ: A solidariedade se firmou com êxito nessa catástrofe toda. Porém a possibilidade da manutenção dessas ações fundamentais para a vida,

de forma apenas espontânea e voluntária não se sustenta. É preciso a remuneração mensal dos/das trabalhadoras envolvidas hoje nas inúmeras tarefas que afloraram junto com a enchente. Necessitamos de capacitação, de equipamentos adequados, de uma profissionalização básica para que possamos nos manter. Os/as Agentes de Cidadania Solidária são essa nova "categoria" de trabalhadores e trabalhadoras criada às pressas e na emergência da crise das águas e da lama, no socorro às famílias, aos vizinhos e amigos, são os/as milhares de pessoas que passaram a fazer a comida nas cozinhas solidárias, organizam as campanhas e os centros de arrecadação e distribuição das doações, contribuem nos mutirões de limpeza, no abastecimento, no acolhimento de familiares nas residências e abrigos etc. Essa solidariedade aflorada precisa caminhar no rumo de ultrapassar a fase espontânea das "doações", desenvolvendo experiências de compras coletivas, armazéns comunitários, mapeamento de informações para o planejamento, ligando imediato e emergencial ao estrutural e estratégico nos territórios, garantir a retomada de antigos e criação de novos empreendimentos de trabalho.

SENAES: Qual é a estratégia para garantir que os 30 mil agentes de cidadania solidária sejam adequadamente treinados e capacitados para desempenhar suas funções nas comunidades afetadas?



Sandra Christ: Para avançar com as experiências coletivas, é necessário ter intencionalidade. Saber que precisamos dar passos em novas e ousadas direções. Reconhecer que se esgotou o tempo e o jeito de fazer as cidades sempre subjugando a natureza e os seres humanos. Recolocar a vida no centro das decisões, em todos os aspectos! Essa é uma definição da qual os nossos Movimentos Populares não abrem mão! E defendemos que o Programa das Frentes de Trabalho para a Emergência Climática, ao criar os coletivos de Agentes de Cidadania Solidária deve ter uma articulação com o campo da ciência, da pesquisa, as universidades e instituições para o intercâmbio do conhecimento científico com o popular, os acúmulos dos estudos precisam estar popularizados e enraizados nas consciências e nas práticas de toda a população. Defendemos que desse processo resulte a capacitação, o treinamento e o acompanhamento aos Agentes feito por técnicos e suas entidades comprometidas com a proposta, num patamar que avance para o protagonismo do povo na busca e desenvolvimento de cidades sustentáveis, em áreas seguras de se habitar e viver.

SENAES: Como a proposta pretende assegurar a transparência e a eficiência na utilização dos R\$ 126 milhões destinados ao Programa de Frentes de Trabalho?

Sandra Christ: Para a garantia dessa proposta, que está fundamentada no Direito à Cidade com qualidade e segurança de vida, é necessário um aporte de recursos financeiros orçado em 270 milhões de reais, valor que pode ser considerado um mínimo, se comparado ao total de recursos que estão sendo pleiteados e repassados a outros setores, especialmente o empresarial capitalista, para a recuperação de grandes empresas e para a recuperação de estradas, pontes, por exemplo. O projeto das Frentes Climáticas prevê um salário mínimo mensal a ser será pago diretamente a cada Agente/trabalhador, sendo a parte substancial do valor. Ao ser paga diretamente a cada pessoa que trabalha, garante-se a transparência no uso do recurso público. O restante deverá ser usado para a compra de EPis - Equipamentos de Proteção Individual e equipamentos de trabalho, coisas básicas para dinamizar as ações e queremos que seja administrado via as entidades da sociedade civil, que tem prestação de contas e é aberta às formas de controle social

Início da Pós-graduação em Gestão de Cooperativas com palestra sobre cooperativismo

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Sedics), em conjunto com a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), promoveu no dia 6 de junho, no Palácio República dos Palmares, a aula inaugural do curso de pós-graduação em Gestão de Cooperativas.

A sessão de abertura foi marcada por uma palestra do economista e professor Cícero Péricles, que abordou “O papel do cooperativismo no desenvolvimento econômico do estado de Alagoas”.

O curso é uma iniciativa da Secretaria Executiva de Cooperativismo, Associativismo e Economia Solidária, em parceria com a Uneal e com o apoio da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). A proposta é proporcionar aos alunos uma visão estratégica e crítica da gestão de cooperativas. Cerca de 40 alunos compõem a primeira turma, com aulas presenciais e gratuitas que ocorrerão no auditório da Sedics.

Adalberon Sá Júnior, secretário do Cooperativismo, destacou que o objetivo do curso é alinhar as cooperativas às melhores práticas de gestão, capacitando-as para atender às exigências do mercado em diferentes áreas do cooperativismo.

Alice Beltrão, secretária, enfatizou a importância do curso para o setor. “Sempre houve uma demanda das cooperativas por capacitação dos seus agentes. Com o intuito de fortalecer o cooperativismo, estabelecemos a parceria com a Uneal para oferecer este curso, que visa ampliar o conhecimento dos profissionais em cooperativismo, economia solidária e agricultura familiar”, afirmou.

A secretária Alice Beltrão ressaltou que o curso surgiu da necessidade do setor. “As cooperativas sempre demandaram capacitação para os seus agentes. Visando fortalecer o cooperativismo, firmamos a parceria com a Uneal para oferecer este curso, que tem como objetivo ampliar o conhecimento dos profissionais nas áreas de cooperativismo, economia solidária e agricultura familiar”, afirmou.



Foto: Ascom Sedics

Prefeitura de Maceió organiza 3ª Feira Itinerante da Economia Solidária

Até o dia 16 de junho, a Prefeitura de Maceió realizará a terceira edição da Feira Itinerante da Economia Solidária. O evento contará com a participação de 22 grupos de artesãos e quatro de gastronomia, que exibirão e venderão seus produtos em estandes montados no espaço Maceió é Massa, no bairro Ponta Verde, das 16h às 22h.

A iniciativa da Economia Solidária visa formar grupos para produzir, expor e vender produtos, compartilhando igualmente os lucros, sem fins lucrativos destinados ao poder público.

O artesanato, produzido na capital alagoana, será destaque na feira, que busca promover, divulgar e comercializar esses produtos, que são a principal fonte ou um complemento de renda para muitos artesãos cadastrados na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SEMTES).

Além da feira, a Economia Solidária conta com três pontos fixos de exposição e venda em shoppings da capital: Maceió Shopping, em Mangabeiras; Pátio Shopping, na Cidade Universitária; e no Mercado das Artes 31. Nesses locais, 34 grupos se revezam semanalmente para expor e comercializar seus produtos.

Locais e horários de funcionamento dos estandes fixos:

- Pátio Shopping: das 10h às 20h, na Av. Menino Marcelo, nº 3800, Cidade Universitária;
- Maceió Shopping: das 10h às 20h, na Av. Comendador Gustavo Paiva, nº 2990, Mangabeiras;
- Mercado das Artes 31: das 10h às 21h, de terça a domingo, na Av. Industrial Cícero Toledo, nº 31, Jaraguá.

Os grupos interessados em participar da Economia Solidária podem entrar em contato pelo email: ecosol.maceio.2021@gmail.com, especificando o segmento no assunto do e-mail.

Outra opção é comparecer a Diretoria de Economia Solidária na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Economia Solidária, localizada temporariamente no Shopping Popular, na Rua do Livramento, no Centro de Maceió.

Inauguração da Loja Colmeia Ecosol encerrou o Mês da Luta Antimanicomial em Jundiaí

No dia 28 de maio, a Unidade de Gestão de Promoção da Saúde (UGPS) e a Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social (UGADS) de Jundiaí/SP encerraram a programação especial do mês da Luta Antimanicomial com um evento no Centro de Convivência do Idoso (CCI) Argos. O encontro contou com a inauguração da Loja Colméia Ecosol e abordou temas como inclusão produtiva e a saúde mental dos idosos.

A Loja Colméia Ecosol funcionará permanentemente no CCI Argos todas as quartas-feiras. Essa iniciativa intersetorial da Prefeitura visa fomentar atividades geradoras de renda por meio da Economia Criativa e Solidária. Além da loja, o projeto inclui uma feira mensal no Paço Municipal.

Maria Brant, gestora de Assistência e Desenvolvimento Social, ressaltou a importância da Inclusão Produtiva para combater a pobreza e a desigualdade. "A inauguração da Loja Colméia Ecosol é um passo fundamental para proporcionar às populações mais vulneráveis condições de plena cidadania", afirmou Brant.

O coordenador de Saúde Mental da UGPS, Alexandre Moreno Sandri, destacou a estruturação da rede de atendimento baseada nos princípios da política nacional de saúde mental e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). "Todos os anos celebramos a transformação do modelo de saúde mental no Brasil, com o fechamento dos manicômios.

A geração de trabalho e renda é uma medida importante que promove autonomia aos usuários da rede, tirando-os da vulnerabilidade para um lugar de potência e produção", afirmou Sandri.

Paulo Rogério Félix, morador de uma das unidades da Residência Terapêutica de Jundiaí, celebrou a ação e seu impacto positivo. "Fiquei internado por 20 anos em Franco de Rocha. Hoje, em Jundiaí, percebo a importância do cuidado e do trabalho, pois eles me proporcionam autonomia. É uma relação de confiança", comentou Félix.

O evento também incluiu rodas de conversa sobre saúde mental na terceira idade, com a participação de vários idosos, além de apresentações musicais. O gestor de Saúde de Jundiaí, Tiago Texera, enfatizou a importância do atendimento humanizado e dos debates sobre a Luta Antimanicomial. "Jundiaí tem uma rede de atendimento de referência com equipe multidisciplinar e um projeto terapêutico singular. A inclusão produtiva é essencial nesse processo", destacou Texera.



Foto: Fotógrafo PMJ

Feira Turística e Cultural acontece no próximo domingo em Caxias do Sul



Foto: Prefeitura de Caxias do Sul

A 15^a edição da Feira Turística e Cultural, agora parte do calendário de eventos de Caxias do Sul, acontecerá neste domingo, dia 9, na Praça das Feiras em São Pelegrino.

A feira, organizada pela Associação Amigos da Maesa com apoio da União das Associações de Bairros (UAB), será realizada todo segundo domingo de cada mês, das 10h às 17h30.

O evento contará com 150 expositores, incluindo artesanato, antiguidades, produtos de economia criativa e solidária, agroindústria e itens para pets. Além disso, haverá uma ampla praça de alimentação, espaço kids e shows com artistas locais.

Feiras de Economia Popular e Solidária

Blumenau/ SC

Centro Público Vitrine da Economia Solidária
2^a a 6^a, das 9h às 17h
Sábado das 9h às 13h
Rua São Paulo, nº1525, Bairro Itoupava Seca

Curitiba/PR

Feira da Agroecologia e Economia Popular Solidária do Estado do Paraná
Local: Assembléia Legislativa do Paraná (Alep)
Dia: Primeira semana de cada mês
Horário: 08:30 às 19h.
Responsável: Tania Jubanski
(41) 98423-9013
taniajubanski@hotmail.com

Feira Permanente de Economia Popular Solidária de Curitiba
Às quartas e sábados, das 8h às 17h.
No calçadão ao lado do Museu Municipal de Arte - MUMA, Bairro Portão

Feiras Libersol- Curitiba
Quartas e quintas-feiras
Campus Politécnico - UFPR
TODA 1^a SEMANA DO MÊS
Campus Botânico - UFPR
TODA 3^a SEMANA DO MÊS
Campus Agrárias - UFPR
TODA 4^a SEMANA DO MÊS
Contato para mais informações:
1. Geison Marques Bezerra
41 9 96498296 gegebezerra84@gmail.com
996240667
2. Luis Felipe Ferro
(41) 996224-0667
3. Carlos Alencastro Cavalcanti
(41) 99546-6196

Rondônia/RO

Feira Assembleia Legislativa das 07h às 14h, todas as terças-feiras.
Feira Ministério Público das 07h às 14h, todas as quintas-feiras.
Feira Tribunal Eleitoral de Rondônia das 11h às 18h, todas as quartas-feiras.

Pará/PA

Feira da Economia Solidária e da Diversidade.
De 7 a 13 de Julho
Durante a 76^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Universidade Federal do Pará

São Paulo/SP

Feira da Economia Solidária no Espaço Livre da Vila Martins- Rio Claro
Aos sábados
De 11 às 17 h
Na Rua 3-A com a Avenida 46-A

Super Feira- Praça da Moça/ Diadema
Toda quinta-feira/ A noite

Belo Horizonte/BH

Feira de Economia Solidária/ feira da Rua Goiás
2^a e 3^a de cada mês
Na feira da Rua Goiás, entre a Avenida Augusto de Lima e a Rua da Bahia, no Centro.
8h às 17h.

Feira de Economia Solidária/ feira na Rua Carijós
3^a e 4^a de cada mês
Na feira na Rua Carijós, em frente ao Cine Teatro Brasil Vallourec
8h às 17h

Expediente: Informativo elaborado pela Sec. Nac. de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

e-mail: senaes@trabalho.gov.br
telefone: (61) 2031- 6833